

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 37/XIV/2.<sup>a</sup>**

Aos 24 dias do mês de fevereiro de 2021, pelas 10 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na Sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

**[formato presencial e por videoconferência]**

**15:00 Horas**

**1. Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relator e deliberação sobre consultas a promover;**

**2. Anúncio dos projetos de voto que baixaram à Comissão;**

**3. Apreciação e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:**

**A) Proposta de Lei n.º 72/XIV/2.<sup>a</sup> (GOV) - Aprova a lei-quadro do estatuto de utilidade pública**

**Relator: Deputado José Cancela de Moura (PSD)**

**B) Projetos de Lei n.ºs 630/XIV/2.<sup>a</sup> (Ninsc Cristina Rodrigues) Reforça a proteção das crianças e jovens que vivam em contexto de violência doméstica ou que o testemunhem e 648/XIV/2.<sup>a</sup> (Ninsc Cristina Rodrigues) - Altera o Código Penal, incluindo a violência económica ou patrimonial no crime de violência doméstica, em respeito pela Convenção de Istambul**

**Relatora: Deputada Sandra Cunha (BE);**

**4. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP para audição de várias entidades no âmbito da discussão e votação na especialidade dos Projetos de Lei n.ºs 473/XIV/1.<sup>a</sup> (PS) - Aprova a Carta de Direitos Fundamentais na Era Digital e 498/XIV/1.<sup>a</sup> (PAN) - Aprova a Carta dos Direitos Digitais e um conjunto de medidas complementares que asseguram o reforço das garantias dos cidadãos no domínio digital;**

**5. Discussão e votação na especialidade dos Projetos de Lei n.os 473/XIV/1.<sup>a</sup> (PS) - Aprova a Carta de Direitos Fundamentais na Era Digital e 498/XIV/1.<sup>a</sup> (PAN) - Aprova a Carta dos Direitos Digitais e um conjunto de medidas complementares que asseguram o reforço das garantias dos cidadãos no domínio digital;**

**6. Redação final do texto final do Projeto de Lei n.º 608/XIV/2.<sup>a</sup> (PS, PSD, BE, PCP, CDS-PP, PAN e PEV) - Ingresso extraordinário na carreira parlamentar de trabalhadores em cedência de interesse público, na AR, iniciada antes da entrada em vigor da Lei n.º 23/2011, de 20 de maio;**

**7. Discussão e votação na especialidade, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 128.º do RAR, dos seguintes Projetos de Resolução:**

**- 922/XIV/2.<sup>a</sup> (IL) - Pela alteração das fichas de avaliação de risco para situações de violência doméstica;**

**- 862/XIV (Ninsc CR) - Recomenda ao Governo a reformulação das Fichas de Avaliação de Risco para situações de violência doméstica garantindo uma maior proteção das vítimas;**

**8. Discussão e votação, nos termos dos n.ºs 7 e 8 do artigo 75.º do RAR, dos seguintes projetos de voto:**

**- 452/XIV/2.<sup>a</sup> (PSD) - Voto [de Condenação] pela difusão de publicações de antissemitismo nas redes sociais;**

**- 453/XIV/2.<sup>a</sup> (CDS-PP) - Voto [de Preocupação] – pelo recrudescimento do antissemitismo;**

**- 466/XIV/2.<sup>a</sup> (PS) - Voto [de Condenação] pelo recrudescimento de manifestações de antissemitismo;**

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 37/XIV/2.<sup>a</sup>

9. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PAN para audição urgente do Presidente do Tribunal Constitucional, Professor Doutor João Caupers, sobre declarações homofóbicas e atentatórias aos Direitos Humanos das pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo (LGBTI).

10. Apresentação do Relatório final da Petição n.º 188/XIV/2.<sup>a</sup> - «Solicitam a consagração legal da possibilidade de acesso à profissão de notário pelos licenciados em Solicitadoria», seguida de debate sobre a petição, nos termos do artigo 24.º-A do Regime Jurídico do Exercício do Direito de Petição, e votação do relatório final;

Relatora: Deputada Márcia Passos (PSD)

11. Outros assuntos.

Aberta a [reunião](#) pelo Senhor Presidente, Deputado Luís Marques Guedes, procedeu-se à distribuição das seguintes iniciativas legislativas:

PROJETOS DE LEI

| N.º AUTOR                            | ASSUNTO  | ADMISSÃO PUBLICAÇÃO | BAIXA COMISSÃO GENERALIDADE | COMUNICAÇÃO EM COMISSÃO | NOMEAÇÃO DE RELATOR E CONSULTAS A PROMOVER   |
|--------------------------------------|--|---------------------|-----------------------------|-------------------------|--|
| PJL 676/XIV/2. <sup>a</sup> (PSD)    | <a href="#">Regime excecional e temporário, no âmbito da situação epidemiológica provocada pelo vírus sars-cov2 e pela doença covid-19, de marcação das eleições gerais para os órgãos das autarquias locais a realizar em 2021</a>  | 16-02-2021          | 17-02-2021                  | 24-02-2021              | Deputado Pedro Delgado Alves (PS) parecer conjunto com PJL 696<br><br>CSMP, OA, CSM, CNE, Área de administração Eleitoral SG MAI ANMP e ANAFRE 24-02-2021<br>Agendado para Plenário de 25.03 |
| PJL 678/XIV/2. <sup>a</sup> (PSD)    | <a href="#">Aprova o quadro legal complementar de prevenção e combate à atividade financeira não autorizada e defesa dos consumidores</a><br>Comissão competente – 5.ª COF<br>Conexão 1.ª Comissão   | 19.02.2021          | 19.02.2021                  | 24-02-2021              | Comunicado na reunião de 24-02-2021  |
| PJL 689/XIV/2. <sup>a</sup> (CDS-PP) | <a href="#">Agrava as penas aplicáveis a crimes contra a autodeterminação sexual de menores cometidos por meios informáticos (53.ª alteração ao Código Penal)</a>  | 19.02.2021          | 19.02.2021                  | 24-02-2021              | Deputada Mónica Quintela (PSD)<br>CSMP, AO e CSM<br>24-02-2021   |
| PJL 690/XIV/2. <sup>a</sup> (CDS-PP) | <a href="#">11.ª alteração à Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto (Regula a eleição dos titulares dos órgãos das autarquias locais), em matéria de candidaturas propostas por Grupos de Cidadãos Eleitores</a>   | 19.02.2021          | 19.02.2021                  | 24-02-2021              | Deputado Hugo Carneiro (PSD)<br><br>CSMP, OA, CSM, CNE, Área de administração Eleitoral SG MAI ANMP e ANAFRE 24-02-2021  |
| PJL 691/XIV/2. <sup>a</sup> (PS)     | <a href="#">Reforça a proteção da pessoa segurada, proibindo práticas discriminatórias, melhorando o acesso ao crédito e contratos de seguros por pessoas que tenham superado riscos agravados de saúde, consagrando o “direito ao esquecimento”</a><br>Comissão competente – 5. COF | 19.02.2021          | 19.02.2021                  | 24-02-2021              | Comunicado na reunião de 24-02-2021  |

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 37/XIV/2.<sup>a</sup>**

|                            | Conexão 1. <sup>a</sup> e 9. <sup>a</sup> Comissões   |            |            |                   |  |
|----------------------------|---|------------|------------|-------------------|--|
| <b>PJL 694/XIV/2 (PAN)</b> | <a href="#">Assegura a suspensão de vigência das alterações que limitam os direitos de candidatura dos pequenos partidos e dos grupos de cidadãos eleitores, aprovadas pela Lei Orgânica n.º 1-A/2020, de 21 de agosto, durante o ano de 2021, e procede à décima primeira alteração à Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto</a> | 22-02-2021 | 24-02-2021 | <b>24-02-2021</b> | <b>Deputado Hugo Carneiro (PSD)</b><br><br>CSMP, OA, CSM, CNE, Área de administração Eleitoral SG MAI ANMP e ANAFRE<br><b>24-02-2021</b>                                   |
| <b>PJL 696/XIV/2 (PAN)</b> | <a href="#">Assegura as condições adequadas para a realização das eleições dos órgãos das autarquias locais de 2021 em contexto da pandemia da doença COVID-19, procedendo à primeira alteração à Lei Orgânica n.º 3/2020, de 11 de novembro, e à décima primeira alteração à Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto</a>          | 23-02-2021 | 24-02-2021 | <b>24-02-2021</b> | <b>Deputado Pedro Delgado Alves (PS) parecer conjunto com PJL 676</b><br><br>CSMP, OA, CSM, CNE, Área de administração Eleitoral SG MAI ANMP e ANAFRE<br><b>24-02-2021</b> |

**PROJETOS DE RESOLUÇÃO**

| N.º AUTOR                                | ASSUNTO   | ADMISSÃO PUBLICAÇÃO | BAIXA COMISSÃO    | ANÚNCIO COMISSÃO  | DECISÃO SOBRE APRECIÇÃO EM COMISSÃO OU EM PLENÁRIO                     |
|--|---|---------------------|-------------------|-------------------|--|
| <b>PJR 984/XIV/2.<sup>a</sup> (PAN)</b>  | <a href="#">Recomenda ao Governo que elabore e entregue à Assembleia da República os estudos necessários à introdução de voto eletrónico não presencial, em cumprimento do disposto no número 2 do artigo 8.º da Lei Orgânica n.º 3/2018, de 17 de agosto</a> | <b>19-02-2021</b>   | <b>19-02-2021</b> | <b>24-02-2021</b> | <b>Agendado para o Plenário de 25-03-2021</b>                          |
| <b>PJR 987/XIV/2.<sup>a</sup> CDS-PP</b> | <a href="#">Recomenda ao Governo a adoção de medidas de formação de jovens e famílias em matéria de prevenção da prática de crimes sexuais contra menores com recurso à internet e às redes sociais</a>   | <b>19-02-2021</b>   | <b>19-02-2021</b> | <b>24-02-2021</b> | <b>Discussão em Plenário a solicitação do Proponente em 24-02-2021</b> |
| <b>PJR 988/XIV/2.<sup>a</sup> CDS-PP</b> | <a href="#">Aquisição de câmaras de fardamento (bodycams), para veículos de serviço e para videovigilância em esquadras e postos</a>  | <b>19-02-2021</b>   | <b>19-02-2021</b> | <b>24-02-2021</b> | <b>Discussão em Plenário a solicitação do Proponente em 24-02-2021</b> |

No ponto 2, foi anunciado o [projeto de voto n.º 466/XIV/2.<sup>a</sup> \(PS\)](#) - De condenação pelo recrudescimento de manifestações de antissemitismo, o qual baixara à Comissão a 17-02-2021.

De seguida, iniciou-se o ponto 3 da ordem do dia, tendo o Grupo Parlamentar do PS solicitado o adiamento por uns instantes do ponto 3 A), pelo que procedeu a Senhora

## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 37/XIV/2.<sup>a</sup>

Deputada Sandra Cunha (BE) à apresentação do seu [parecer](#) relativo aos Projetos de Lei n.ºs [630/XIV/2.<sup>a</sup> \(Ninsc Cristina Rodrigues\)](#) - *Reforça a proteção das crianças e jovens que vivam em contexto de violência doméstica ou que o testemunhem* e [648/XIV/2.<sup>a</sup> \(Ninsc Cristina Rodrigues\)](#) - *Altera o Código Penal, incluindo a violência económica ou patrimonial no crime de violência doméstica, em respeito pela Convenção de Istambul*. Submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade, na ausência dos Grupos Parlamentares do CDS-PP e do PAN e do Deputado único representante do CH.

No ponto 4, o Senhor Deputado Telmo Correia apresentou o [requerimento do Grupo Parlamentar do CDS-PP](#) para audição de várias entidades no âmbito da discussão e votação na especialidade dos Projetos de Lei n.ºs [473/XIV/1.<sup>a</sup> \(PS\)](#) - *Aprova a Carta de Direitos Fundamentais na Era Digital* e [498/XIV/1.<sup>a</sup> \(PAN\)](#) - *Aprova a Carta dos Direitos Digitais e um conjunto de medidas complementares que asseguram o reforço das garantias dos cidadãos no domínio digital*. Na discussão, o Senhor Deputado José Magalhães (PS) deu conta de que o trabalho desenvolvido já se baseou no acolhimento de contribuições remetidas à 1.<sup>a</sup> Comissão por algumas das entidades constantes do requerimento e de outras, que se pronunciaram por escrito, sugerindo o aditamento ao rol de entidades proposto da MAPINET e da API e a realização de um debate, através de videoconferência, com as várias entidades. Intervieram também as Senhoras e os Senhores Deputados António Filipe (PCP), Mónica Quintela (PSD), Inês Sousa Real (PAN) e Telmo Correia (CDS-PP), os quais convergiram quanto à importância de audição das entidades referidas e acolherem a sugestão metodológica do Senhor Presidente de que a audição das entidades fosse organizada pelo Senhor Deputado José Magalhães (PS) e pela Senhora Deputada Inês de Sousa Real (PAN), por serem os proponentes dos projetos de lei visados, dando ainda indicações para que se informassem as entidades que a audição teria por objeto a [proposta de substituição integral apresentada pelos Grupos Parlamentares do PS e do PAN](#). Submetido a votação o requerimento foi aprovado por unanimidade.

Consequentemente ficado prejudicado o ponto 5 que previa a discussão e votação na especialidade dos Projetos de Lei n.ºs [473/XIV/1.<sup>a</sup> \(PS\)](#) - *Aprova a Carta de Direitos Fundamentais na Era Digital* e [498/XIV/1.<sup>a</sup> \(PAN\)](#) - *Aprova a Carta dos Direitos Digitais*

## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 37/XIV/2.<sup>a</sup>

*e um conjunto de medidas complementares que asseguram o reforço das garantias dos cidadãos no domínio digital.*

Retomado o ponto 3, o Senhor Deputado José Cancela de Moura (PSD) procedeu à apresentação do seu [parecer](#) relativo à [Proposta de Lei n.º 72/XIV/2.<sup>a</sup> \(GOV\)](#) - *Aprova a lei-quadro do estatuto de utilidade pública*, tendo usado da palavra o Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS), que saudou o parecer detalhado e diversificado, dando nota que eventuais questões a melhorar seriam abordadas no processo de especialidade, nomeadamente colhendo contributos da sociedade civil para enriquecimento do debate. Submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade na ausência dos Grupos Parlamentares do CDS-PP e do PAN e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira.

Os trabalhos prosseguiram com a fixação da redação final, nos termos do artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, do texto final apresentado pela Comissão, relativo ao [Projeto de Lei n.º 608/XIV/2.<sup>a</sup> \(PS, PSD, BE, PCP, CDS-PP, PAN e PEV\)](#) - *Ingresso extraordinário na carreira parlamentar de trabalhadores em cedência de interesse público, na AR, iniciada antes da entrada em vigor da Lei n.º 23/2011, de 20 de maio*; a qual foi fixada por unanimidade, na ausência do PAN e da Deputada Não Inscrita Joacine Katar Moreira, tendo sido aceites as sugestões de redação constantes da Informação n.º 17/DAPLEN/2021, de 08 de fevereiro de 2021, nos seguintes termos:

- o artigo 2.º foi aperfeiçoado para: *“A presente lei aplica-se aos trabalhadores referidos no artigo anterior que satisfaçam necessidades permanentes da Assembleia da República.”*
- o artigo 7.º foi aperfeiçoado para: *“O tempo de serviço prestado no exercício de funções correspondentes ao conteúdo funcional das carreiras de técnico de apoio parlamentar ou de assessor parlamentar é contabilizado para efeitos de duração do decurso do período experimental, sendo este dispensado quando aquele tempo de serviço seja igual ou superior à duração prevista no n.º 3 do artigo 39.º do EFP.”*
- o n.º 1 do artigo 9.º foi aperfeiçoado para: *“Para efeitos de reconstituição da carreira parlamentar, após a integração e o posicionamento remuneratório na base da carreira, o tempo de serviço prestado no exercício de funções nesta carreira releva para progressão, designadamente para efeitos de alteração do posicionamento remuneratório.”*

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 37/XIV/2.<sup>a</sup>**

- o n.º 3 do artigo 9.º foi aperfeiçoado para: “A alteração de posicionamento remuneratório é efetuada nos termos do artigo 29.º do EFP, o qual deve ser conjugado com o artigo 18.º da Lei do Orçamento do Estado para 2018 na consideração da avaliação de desempenho dos anos anteriores a 2011”
- o n.º 4 do artigo 9.º foi aperfeiçoado para: “O tempo de serviço prestado no exercício de funções na situação que deu origem ao processo de integração extraordinária releva para efeitos de carreira contributiva, na medida dos descontos efetuados.”
- o artigo 11.º foi aperfeiçoado para: “A cedência de interesse público dos trabalhadores referidos no artigo 1.º que não sejam opositores ao procedimento concursal cessa a 31 de julho de 2021, com o regresso dos mesmos ao serviço ou entidade de origem.”

No Ponto 7, teve lugar a discussão e votação na especialidade, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 128.º do RAR, dos Projetos de Resolução n.ºs [922/XIV/2.<sup>a</sup> \(IL\)](#) - *Pela alteração das fichas de avaliação de risco para situações de violência doméstica e* [862/XIV/2.<sup>a</sup> \(Ninsc CR\)](#) - *Recomenda ao Governo a reformulação das Fichas de Avaliação de Risco para situações de violência doméstica garantindo uma maior proteção das vítimas*, com base na [proposta de texto único](#), com a natureza de proposta de substituição integral da parte deliberativa dos Projetos de Resolução, apresentada, a 23 de fevereiro de 2021, pelos proponentes. No debate que antecedeu a votação, intervieram as Senhoras e os Senhores Deputados João Cotrim de Figueiredo (IL), Márcia Passos (PSD), Sandra Cunha (BE), António Filipe (PCP) e Telmo Correia (CDS-PP), convergindo relativamente à proposta de substituição integral da parte deliberativa dos projetos de resolução, a qual foi aprovada por unanimidade, na ausência do PAN e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira, tendo sido, a pedido do Senhor Deputado António Filipe, corrigido um inciso na parte final do n.º 1, através da substituição da expressão “Forças de Seguranças” por “Forças de Segurança”.

De seguida, no ponto 8, procedeu-se à discussão, nos termos dos n.ºs 7 e 8 do artigo 75.º do RAR, dos projetos de voto n.ºs [452/XIV/2.<sup>a</sup> \(PSD\)](#) - *Voto [de Condenação] pela difusão de publicações de antissemitismo nas redes sociais*, [453/XIV/2.<sup>a</sup> \(CDS-PP\)](#) - *Voto [de Preocupação] – pelo recrudescimento do antissemitismo* e [466/XIV/2.<sup>a</sup> \(PS\)](#) - *Voto [de Condenação] pelo recrudescimento de manifestações de antissemitismo*, os quais foram apresentados respetivamente pela Senhora Deputada Catarina Rocha Ferreira (PSD), pelo Senhor Deputado Telmo Correia (CDS-PP) e pelo Senhor

## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 37/XIV/2.<sup>a</sup>

Deputado Pedro Delgado Alves (PS), tendo a votação sido adiada a pedido do Grupo Parlamentar do PS, que, na voz do Senhor Deputado Pedro Delgado Alves, sinalizou a intenção de alcançar um texto comum com os restantes proponentes. O Senhor Presidente informou que já encetara uma tentativa de fusão da parte deliberativa do voto, a qual faria circular pelos proponentes, e de seguida deu a palavra às seguintes Senhoras e Senhores Deputados para debate:

- António Filipe (PCP), que começou por saudar a intenção de apresentação de texto comum e manifestou a preocupação do seu Grupo Parlamentar relativamente ao aparecimento de mensagens de ódio antissemitas, considerando o voto proposto pelo Partido Socialista o mais escorrito. Por outro lado, salientou a necessidade de distinguir os exemplos apresentados, frisando que uma coisa é a condenação dos negacionistas do holocausto e do discurso de ódio contra o povo judaico, outra coisa é considerar que qualquer crítica às autoridades de Israel é um ataque antissemita;
- Beatriz Gomes Dias (BE), que também saudou a iniciativa dos três votos que alertam para o recrudescimento do antissemitismo, notando que esta situação carece de uma resposta intransigente da Assembleia da República e da mobilização de meios políticos para o seu combate, uma vez que estas práticas discriminatórias de colocação de mensagens de ódio no espaço público colocam em risco a vida das pessoas e o próprio Estado de Direito e a Democracia;
- Telmo Correia (CDS-PP), que se pronunciou relativamente à distinção traçada pelo Senhor Deputado António Filipe, demonstrando que não concorda com a mesma e que se trata de uma questão de interpretação de cada um e concluindo que os votos apresentados têm um sentido comum que é a condenação de mensagens de antissemitismo, designadamente através das redes sociais.

No ponto 9, a Senhora Deputada Inês de Sousa Real (PAN) apresentou [o Requerimento do Grupo Parlamentar do PAN](#) para audição urgente do Presidente do Tribunal Constitucional, Professor Doutor João Caupers, sobre declarações homofóbicas e atentatórias aos Direitos Humanos das pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo (LGBTI), tendo as Senhoras e os Senhores Deputados Carlos Peixoto (PSD), Cláudia Santos (PS), André Ventura (CH), Telmo Correia (CDS-PP) e António Filipe (PCP), em sede de discussão, convergido no sentido de que a Assembleia da República não tem competência para fiscalizar os atos do Tribunal Constitucional, detendo este, enquanto órgão de soberania, total independência, por um lado, e, por outro, que as



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 37/XIV/2.<sup>a</sup>**

declarações haviam sido prestadas a título individual, em momento anterior ao exercício do cargo. Por sua vez, a Senhora Deputada Fabíola Cardoso (BE), frisando que qualquer pessoa deve ter a mesma possibilidade de exercer os seus direitos em igualdade, sem qualquer discriminação, e que se exige do Presidente do Tribunal Constitucional imparcialidade e vontade firme de defender a Constituição, sem que se reja por lógicas de maioria ou minoria, considerou que a Assembleia da República é o local ideal para que o cidadão João Caupers possa esclarecer de forma cabal e inequívoca as declarações prestadas e as suas posições sobre direitos e dignidade dos cidadãos, distanciando-se de declarações de teor homofóbico e discriminatório, e entendeu que essa seria uma audição útil, salvaguardando-se sempre a autonomia, independência e imparcialidade dos juízes do Tribunal Constitucional. No final, a Senhora Deputada Inês de Sousa Real manifestou a sua estupefação, destacando a violência a que se assiste diariamente contra às pessoas LGBTI, lembrando que dez dos membros do Tribunal Constitucional são indicados pela Assembleia da República e reiterando a importância de ver esclarecidas as declarações prestadas. Submetido a votação o requerimento foi rejeitado com os votos contra do PS, PSD, PCP, CDS-PP e DURP do CH e os votos a favor do BE e do PAN, na ausência da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira.

No penúltimo ponto da ordem dia, a Senhora Deputada Márcia Passos (PSD), na qualidade de relatora, procedeu à apresentação do Relatório final da [Petição n.º 188/XIV/2.<sup>a</sup>](#) - *Solicitam a consagração legal da possibilidade de acesso à profissão de notário pelos licenciados em Solicitoria*, tendo-se seguido o debate da mesma, nos termos do artigo 24.º-A do Regime Jurídico do Exercício do Direito de Petição, no qual interveio a Senhora Deputada Joana Sá Pereira (PS), que cumprimentou os Senhores Deputados e o peticionário, agradecendo o facto deste ter exercido um direito de cidadania, e destacou a clareza e objetividade do relatório, que permitiu ao Grupo Parlamentar do PS refletir sobre o peticionado. Afirmou compreender a pretensão dos peticionários e a especificidade da profissão de notário, recordando também que o Grupo Parlamentar do PS está a refletir sobre as barreiras de acesso a profissões reguladas por ordens, reflexão que estava a ser feita num quadro de diálogo entre as diferentes entidades, e remeteu quaisquer conclusões sobre a pretensão dos peticionários para o momento em que aquela reflexão terminar. Por sua vez, a Deputada Relatora cumprimentou o primeiro peticionário, que estava a assistir à reunião da



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 37/XIV/2.<sup>a</sup>

Comissão, agradecendo os contributos que os peticionários tinham trazido para a reflexão sobre o peticionado no âmbito do Grupo Parlamentar do PSD, bem como à Senhora Deputada Joana Sá Pereira pela sua intervenção naquele debate. Concluído o debate, procedeu-se à votação do relatório final da petição, o qual foi aprovado por unanimidade, na ausência da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira, nos termos do n.º 2 do referido artigo 24.º-A do Regime Jurídico do Exercício do Direito de Petição.

No ponto reservado a outros assuntos, o Senhor Presidente deu conta das audições do Instituto Português do Sangue e da Transplantação e da Direção-Geral de Saúde que teriam lugar na semana seguinte, no dia 2 de março, juntamente com a Comissão de Saúde, informando as Senhoras e os Senhores Deputados de que estes seriam convocados para as mesmas, mas que a sua ausência não acarretaria falta, sendo registada como “não convocado/a”. Assinalou também que, no dia 3 de março, teria lugar a audição requerida pelo PAN a propósito dos incêndios ocorridos nos abrigos de Agrela, em Santo Tirso, e que estaria presente, em representação do Ministério da Administração Interna, a Senhora Secretária de Estado responsável pelo pelouro da Proteção Civil.

A título informativo deu conhecimento de que fora distribuída a notificação do Senhor Presidente da Assembleia da República relativamente à resposta ao Tribunal Constitucional quanto aos processos de fiscalização da constitucionalidade referentes à despenalização da morte medicamente assistida e ao n.º 2 do artigo 6.º da Lei Eleitoral das Assembleias Legislativas Regionais dos Açores e da Madeira.

Informou também a Comissão de que haviam sido concluídas, no Grupo de Trabalho, as [audições relativas à Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores](#), colocando à consideração da Comissão a metodologia seguinte. Sobre esta questão, a Senhora Deputada Mónica Quintela (PSD), coordenadora do Grupo de Trabalho, transmitiu que iria convocar uma reunião do Grupo de Trabalho para o efeito, nomeadamente para decidir da pertinência da audição da Ordem dos Advogados, tendo, no seguimento do questionado pelo Senhor Deputado José Manuel Pureza (BE), o Senhor Presidente esclarecido que o Grupo de Trabalho foi criado apenas para a realização das audições e solicitado que lhe fosse sinalizado caso houvesse ou não convergência quanto a um texto comum para fins de agendamento. A propósito, a Senhora Deputada Joana Sá

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 37/XIV/2.<sup>a</sup>**

Pereira (PS) pediu a palavra para, recordando que os Projetos de Lei em causa tinham baixado sem votação por um período de 60 dias, manifestar a abertura do Partido Socialista para, numa base informal, chegar a um consenso quanto aos projetos de lei sobre a matéria.

Por fim, o Senhor Presidente solicitou ao Grupo Parlamentar do CDS-PP esclarecimentos quanto ao requerimento apresentado para audição da Senhora Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna sobre o "Plano de Ação para a Prevenção da Radicalização, dos Extremismos Violentos e do Recrutamento para o Terrorismo (PAPREVRT)", atendendo ao caráter confidencial da matéria em causa. O Senhor Deputado Telmo Correia (CDS-PP) considerou que é a possível a Comissão ouvir a Senhora Secretária-Geral e fazer as perguntas que entender, cabendo à Senhora Secretária-Geral responder, se puder, ou requerer a sua audição à porta fechada, dando nota de que já tinha questionado o Senhor Ministro da Administração Interna quanto a este assunto e que fora sugestão deste ouvir a Senhora Secretária-Geral, manifestando ainda a sua abertura para reformular os termos do requerimento.

Antes do término da reunião, o Senhor Deputado José Magalhães (PS) pediu a palavra, suscitando esclarecimentos quanto aos processos de fiscalização da constitucionalidade em curso, por um lado, e, por outro, apresentando sugestões quanto à apresentação de *links* nos documentos técnicos elaborados pelos Serviços. O Senhor Presidente elencou os processos de fiscalização da constitucionalidade relativamente aos quais a Comissão foi notificada para instruir os autos, informando que a decisão de junção de pareceres ficara ao critério do Senhor Presidente da Assembleia da República, e deu nota de que, relativamente à segunda questão, a sugestão do Senhor Deputado José Magalhães, já anteriormente apresentada por escrito, fora levada ao conhecimento do Senhor Secretário-Geral para eventual consideração pelos Serviços da Assembleia da República, na revisão do Guião das Notas Técnicas.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 18 horas e 30 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 24 de fevereiro de 2021

Aprovada em 03-03-2021



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E  
GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 37/XIV/2.<sup>a</sup>**

O Presidente da Comissão

*(Luís Marques Guedes)*

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E  
GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 37/XIV/2.<sup>a</sup>**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Cláudia Santos (PS)  
Elza Pais (PS)  
Francisco Pereira Oliveira (PS)  
Isabel Alves Moreira (PS)  
Isabel Rodrigues (PS)  
Joana Sá Pereira (PS)  
José Magalhães (PS)  
Pedro Delgado Alves (PS)  
Rita Borges Madeira (PS)  
Romualda Fernandes (PS)  
André Coelho Lima (PSD)  
André Neves (PSD)  
Artur Soveral Andrade (PSD)  
Luís Marques Guedes (PSD)  
Márcia Passos (PSD)  
Mónica Quintela (PSD)  
Sara Madruga Da Costa (PSD)  
José Manuel Pureza (BE)  
Sandra Cunha (BE)  
António Filipe (PCP)  
Telmo Correia (CDS-PP)  
Inês De Sousa Real (PAN)  
André Ventura (CH)  
Jocine Katar Moreira (NINSC)  
Eurídice Pereira (PS)  
Filipe Neto Brandão (PS)  
Jorge Lação (PS)  
Nuno Sá (PS)  
Paulo Porto (PS)  
Susana Amador (PS)  
Carlos Peixoto (PSD)  
Catarina Rocha Ferreira (PSD)  
Fernando Negrão (PSD)  
José Cancela Moura (PSD)  
Lina Lopes (PSD)  
Beatriz Gomes Dias (BE)  
Fabíola Cardoso (BE)  
João Cotrim De Figueiredo (IL)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E  
GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 37/XIV/2.<sup>a</sup>**

---

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Sandra Pereira (PSD)